

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.300 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 2001



Amir Lando propõe que sobretaxa seja utilizada na construção de usinas



Edison Lobão aponta desinteresse da Aneel por fontes alternativas



Paulo Hartung defende aumento do controle social sobre agências reguladoras



Para Carlos Wilson, o governo federal tenta fugir das responsabilidades



João Alberto: problemas são decorrentes da falta de planejamento

## Crise de energia será debatida com ministros e professores

A Comissão de Infra-Estrutura realizará amanhã, a partir das 10h, audiência pública para debater a crise energética. Foram convidados os ministros José Jorge e Pedro Parente, o diretor-geral da Aneel, o presidente do Operador Nacional do Sistema e professores. As medidas anunciadas na sexta-feira pelo governo tiveram repercussão imediata: os senadores Amir Lando, Edison Lobão, Paulo Hartung, Carlos Wilson e João Alberto oferecem sugestões e fazem críticas.

PÁGINAS 2 E 3

**CE aprecia repasse do salário-educação diretamente aos municípios**

PÁGINA 8

**CAE examina incentivo a emprego para maiores de 40 anos**

PÁGINA 8

**CPI do Futebol ouve presidente da Federação Paulista e funcionário da CBF**

PÁGINA 7

### Conselho vota processo contra Arruda e ACM

*O Conselho de Ética delibera na próxima quarta-feira sobre a abertura de processo, por quebra de decoro parlamentar, contra os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda.*

PÁGINA 5

O relator da matéria no Conselho de Ética, Roberto Saturnino, concluiu que os dois senadores cometeram "grave irregularidade"



### EDUARDO JORGE

*O Senado decide nesta semana se quebra o sigilo bancário do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira.*

PÁGINA 5

### RÁDIO SENADO

*A Rádio Senado começa hoje a transmitir as atividades da Casa, em ondas curtas, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.*

PÁGINA 6



# Lando propõe que sobretaxa construa usinas elétricas

Senador anuncia apresentação de projeto prevendo como serão aplicados recursos que o governo deverá obter dos consumidores

O senador Amir Lando (PMDB-RO) apresentará hoje projeto de lei complementar prevendo como serão aplicados os recursos que o governo obterá com a cobrança de sobretaxas aplicadas ao consumo residencial de energia que passar de 200 quilowatts por mês.

Conforme o plano de racionamento divulgado pelo Executivo, quem não economizar 20% terá uma sobretaxa de 50% na fai-



Lando: contra regulamentação por MP

xa de 201 a 500 quilowatts. Acima disso, a sobretaxa será de 200%. Só não será sobretaxado quem gastar por mês menos que 200 quilowatts.

A idéia é proibir qualquer regulamentação do uso deste dinheiro por medidas provisórias ou portarias, sob o argumento de que os recursos devem ser aplicados apenas na construção de futuras usinas geradoras de



eletricidade. Para ele, caso o projeto seja aprovado pelo Congresso, os ministros da Fazenda e do Planejamento e o secretário do Tesouro Nacional estarão incorrendo em crime de responsabilidade se usarem o dinheiro da sobretaxa em outras coisas.

Para o senador Amir Lando, a arrecadação desse dinheiro extraordinário não desobriga o governo da apresentação de verbas para a construção de hidrelétricas, termelétricas e usinas nucleares no Orçamento de 2002.

## Hartung condena corte para quem não poupar

O líder do PPS no Senado, Paulo Hartung (ES), anunciou na sexta-feira que estava enviando ao Executivo uma proposta de seu partido para que os cortes de fornecimento de energia para quem não economizar 20% sejam retirados das medidas de racionamento divulgadas pelo Palácio do Planalto. Conforme as medidas, quem não reduzir o consumo terá sua energia cortada por três dias

e, em caso de reincidência, por seis dias.

— O corte de fornecimento é uma medida dura e de constitucionalidade duvidosa. Esta é a parte do plano de racionamento que não tem coerência e destoa do restante das medidas — assinalou.

Hartung informou que sua proposta estava sendo encaminhada diretamente ao presidente da Câmara de Gestão da Crise de

Energia Elétrica, ministro Pedro Parente. O líder do PPS acrescentou que também irá levar sua proposta à comissão mista do Congresso criada na última quarta-feira para acompanhar a crise energética do país. A comissão terá poderes para convocar ministros e técnicos do governo e de universidades para esclarecimentos, além de requisitar documentos sobre o assunto.

## Falta de planejamento gera problemas, diz João Alberto

A falta de planejamento está levando o Brasil a enfrentar uma série de problemas, especialmente em matéria de infra-estrutura, observa o senador João Alberto Souza (PMDB-MA). Ele cita a crise de energia elétrica como um dos resultados da falta de imprevidência que se tornou comum na administração do país.

— A questão da energia elétrica se vinha anunciando já há algum tempo. Nunca suscitou, po-

rém, a necessária preocupação no governo e na população, e nada sugeria que se tratasse de algo tão grave — afirmou.

O senador referiu-se também ao problema do deslocamento populacional das grandes cidades para as localidades de porte médio e para a periferia dos centros urbanos, as chamadas cidades-dormitório. Em ambos os casos, há grande demanda por infra-estrutura econômica e social, mas as ações

adotadas em caráter de urgência costumam provocar aumento de gastos, desperdício e má qualidade das obras.

Outro problema decorrente da falta de planejamento é o caos gerado pelo excesso de automóveis particulares e a má conservação da frota de ônibus, conforme ressaltou João Alberto Souza.



João Alberto: crise se vinha anunciando



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 2001

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

### PREVISÃO

### PLENÁRIO

### Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 44/00, que altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição (dispõe sobre a renúncia dos chefes do Executivo que quiserem se candidatar à reeleição); quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-território federal de Rondônia; PLC nº 101/00, faculta às gestantes o acesso a ônibus, cinemas e outros locais sem a utilização da catraca ou roleta, quando assim o exigir; PDL nº 129/2000, aprova o texto da emenda, por troca de notas, ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 4 de julho de 1947, celebrada entre o Brasil e o Chile, em Brasília, em 3 de dezembro de 1998; PDL nº 152/00, aprova o ato que renova a concessão da Fundação Nossa Senhora do Rocio para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba (PR); e PDL nº 153/00, aprova o ato que outorga permissão à Thomazella, Pavan & Cia. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Fé (PR).

### COMISSÕES

### Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública para instrução do substitutivo oferecido pela Câmara dos Deputados ao PLS nº 181/89, que estabelece diretrizes gerais da política urbana (Estatuto da Cidade), com os seguintes convidados: ministro Ovidio de Angelis, secretário de Desenvolvimento Urbano e representante; deputado Inácio Arruda, relator do projeto na Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados; e Raquel Rolnik, consultora do Instituto Polis. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*  
Após a ordem do dia — Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: Mensagem nº 121/2001, submete à apreciação do Senado Federal o nome de Luis Carlos Wanderley Lima para ser reconduzido, por três anos, ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; PLC nº 84/00, dispõe sobre a propiciação de consultas às trabalhadoras e servidoras públicas para atenção integral à saúde da mulher, nas situações que especifica; PLS nºs 526 e 538, de 1999, alteram a Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins; Aviso nº 138/00, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 570/2000, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada em diversos órgãos relativa ao Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde (ReforSus), no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica TCU/Reino Unido; PLC nº 22/2001, altera as Leis nºs 8.212/91, 8.870/94, 9.317/96 e 9.528/97 (contribuição previdenciária da empresa rural e da agroindústria; consórcio simplificado de produtores rurais; benefícios fiscais para agroindústria); PLS nº 53/00, cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas;

entre outras proposições. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 11*

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do funcionário da CBF Arlindo Pereira dos Santos Filho e de Eduardo José Farah, presidente da Federação Paulista de Futebol. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 108/01, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 150 milhões, de principal, entre o Banco do Nordeste do Brasil S/A e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia do Brasil, destinada ao financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas (PEM); PLC nº 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; Mensagem PLS nº 103/99, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; PLS nº 217/00, dá nova redação ao inciso III do art. 4º e à alínea "c" do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250/95, que altera a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF); Emenda nº 1 de plenário oferecida ao PLS nº 270/99, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de no mínimo 22% dos recursos no sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria; Ofício "S" nº 59/00, que encaminha ao Senado o relatório de gestão fiscal com dados acumulados até o segundo quadrimestre de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); Diversos nº 18/98, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 446/98, bem como os respectivos relatórios e voto que a fundamentam, adotada pelo Tribunal de Contas da União, sobre auditoria realizada na Superintendência de Seguros Privados (Susep); entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir sobre o processo de racionalização e racionamento do uso de energia elétrica no país, bem como a atual política tarifária e suas futuras modificações. Convidados: ministros José Jorge, de Minas e Energia; Pedro Parente, da Casa Civil; José Mário Miranda Abdo, diretor-geral da Aneel; César Antonio Gonçalves, superintendente de Regulamentação Econômica da Aneel; Mário Fernando Santos, presidente do Operador Nacional do Sistema (ONS); dos professores da UFRJ, Luis Pinguelli Rosa e Maurício Tolmasquim, e da USP, Ildo Sauer. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 165/99, que dispõe sobre a preservação da concepção urbanística da capital federal; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: exposição do senador Hugo Napoleão sobre a 3ª Cúpula das Américas em Quebec (reunião sobre a Alca); PLS nº 292/99 (tramita em conjunto com os PLS nºs 386 e 614, de 1999), que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo; e Requerimento nº S/Nº/01, do senador Tião Viana, solicitando audiência pública para debater as ações e mecanismos do governo no combate ao tráfico e ao consumo de drogas, as normas legais vigentes e o quadro atual da dependência no Brasil. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

Após a ordem do dia — CPI das ONGs

Pauta: depoimento de Lorenzo Carroasco, autor do livro *Máfia Verde*. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretora da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CI faz audiência pública sobre crise de energia

Ministros José Jorge e Pedro Parente, diretor-geral da Aneel, presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico e professores universitários estão convidados para discutir as medidas do governo e alternativas de solução

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realizará amanhã, às 10h, audiência pública para debater a crise energética no país. Entre os convidados para o debate estão o ministro de Minas e Energia, José Jorge, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo, o presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Mário Santos, bem como o ministro responsável pela administração da crise energética, Pedro Parente.



A comissão é presidida pelo senador José Alencar (PMDB-MG).

Por sugestão do PT, também foram convidados os professores Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo, Luiz Pinguelli Rosa e Maurício Tolmaquim, da Universidade do Rio de Janeiro, para acrescentar à discussão os aspectos tecnológicos e científicos da questão.

Na opinião do líder do PPS, senador Paulo Hartung (ES), a audiência servirá para dar transparência às medidas adotadas pelo governo, bem como para proporcionar



José Jorge, ministro de Minas e Energia, deve participar da audiência pública na CI

oportunidade aos senadores de fazer análise crítica da situação e apresentar sugestões.

O senador pelo Espírito Santo lembrou que iniciativas como racionamento ou corte de energia interferem diretamente na qualidade de vida das pessoas, na produção nacional e até no crescimento da economia.

Ele lamentou que a crise de energia esteja acontecendo num momento de mercados nervosos com a crise da Argentina, quando o sistema financeiro reage com juros cada vez mais altos e alta do dólar. "Precisamos manter a cabeça fria para minimizar os custos, sobretudo para a população de baixa renda", concluiu Paulo Hartung.

## Lobão critica desinteresse da Aneel por fontes alternativas

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) fez "vista grossa" para iniciativas viáveis de geração de energia por meio de fontes alternativas, a exemplo do projeto de sua autoria criando o Programa de Incentivo à Energia Renovável (Pier). O projeto, apresentado em 1996, tem por objetivo estimular a produção de energia termossolar, fotovoltaica e eólica.

Edison Lobão observou que em vez de a Aneel estudar a fundo o Programa de Incentivo à Energia Renovável, bem como vários projetos versando sobre fontes alternativas de energia em tramitação no Congresso Nacional, prefere decretar a nulidade das iniciativas parlamentares. "Mas agora, com o desastre a ser provocado pela exaustão dos nossos recursos energéticos, é bem provável que as autoridades do setor desperdem para o caminho das energias alternativas", previu.

— O que pretendemos não é um paliativo ou um faz-de-conta da energia alternativa, mas uma atuação definitiva. O Programa de Incentivo à Energia Renovável está baseado em providências sérias que, se estivessem em prática, iriam evitar o colapso das geradoras clássicas — observou Edison Lobão, ao afirmar que as várias normas e portarias editadas pela Aneel "não vêm resolvendo coisíssima alguma".



Na opinião de Lobão, portarias editadas pela Aneel "não vêm resolvendo coisíssima alguma"

## Hartung quer aumentar controle social das agências reguladoras

Em discurso na sexta-feira, o senador Paulo Hartung atribuiu a crise energética que o país está vivendo à falta de planejamento e de investimentos no setor. Ele disse que é preciso aumentar o controle social sobre todas as agências reguladoras, como a Agência Nacional



Segundo Hartung, os números indicam uma crise esperada e negligenciada pelo governo

de Energia Elétrica (Aneel), e anunciou que apresentará projeto de lei estabelecendo maior participação da sociedade nas decisões desses organismos, para evitar crises dessa natureza. Hartung afirmou que a crise energética tem raízes históricas: mesmo o Brasil tendo 90% da energia gerada em usinas hidrelétricas, houve falta de investimentos no setor. De acordo com o senador, entre 1990 e 2000, o consumo cresceu 49,3% (4,1% ao ano) e a capacidade instalada aumentou apenas 33% (2,9% ao ano). Para Hartung, mesmo a partir de 1995, quando se abriu oficialmente o setor energético ao capital privado, houve insuficiência de investimentos. Entre 1995 e 2000, o consumo anual cresceu 4,2% e a capacidade instalada 3,6%. Esses números indicam uma crise esperada e negligenciada pelo governo, observou o senador.

Além disso, ressaltou Hartung, o país lidou com a redução do nível dos reservatórios, o que agravou o quadro. Os excessos armazenados

nas regiões Sul e Norte não podem, no entanto, ajudar na solução do problema nas outras regiões, pois falta uma rede interligada de transmissão. "Deve-se investir maciçamente na construção dessas redes", disse. A situação deixou o país sem soluções a curto prazo, acrescentou, restan-

do como única alternativa o racionamento, o que trará prejuízos incalculáveis para a economia, com queda na produção e no PIB.

Como medidas para contornar a crise, o senador sugeriu a construção de pequenas usinas em diversos pontos do país e também o uso de usinas termelétricas a gás. Para Hartung, apenas a adoção de uma política de incentivos e maior agilidade para o setor, com o estímulo à construção de usinas pela iniciativa privada, garantirão uma resposta à demanda.

O enfrentamento de tamanha crise está levando o governo e a sociedade a uma mudança radical de comportamento em relação ao setor energético, na opinião de Hartung, o que funciona como suporte psicológico para mudança na cultura quanto à energia e ao ambiente. A crise traz também, segundo o senador, a esperança de que surjam alternativas para diversificação da matriz energética, evitando que o país volte a ser submetido, no futuro, a racionamentos e privações.

## Carlos Wilson: governo repassa responsabilidade à população

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) manifestou sua indignação com a decisão do governo de instituir uma sobretaxa ao consumo de energia, anunciada pelo Palácio do Planalto na sexta-feira. Para ele, o governo de Fernando Henrique Cardoso "tenta fugir da responsabilidade" em relação à crise energética e repassar a responsabilidade por possíveis cortes de energia à população.

O senador lembrou que os técnicos são unânimes em criticar a medida governamental, por considerá-la paliativa, e disse que, com a criação da sobretaxa, o governo tenta evitar um desgaste junto à opinião pública, adiando o anúncio dos apagões para o próximo mês, quando "vai dizer que a culpa é da população, que não atendeu a seus apelos de economia".

Carlos Wilson afirmou que a crise já se desenhava quando o presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o governo pela primeira vez, há seis anos. Ao optar pela obediência ao receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI), "muito pouco voltado ao interesse nacional em geral, e do setor energético, em particular", o presidente, na opinião do senador, preferiu se omitir e promover privatizações, quando poderia ter buscado soluções para o desabastecimento que se anunciava.

Hesitação e falta de coragem política também caracterizam, conforme Carlos Wilson, o Programa Prioritário de Termelétricas, lançado em 1999, que previa a operação comercial de 55 novas usinas térmicas até o fim de 2003. "Toda a expectativa oficial está comprometida e desmentida pela paralisação das



Carlos Wilson diz que FHC "preferiu se omitir e promover privatizações, quando poderia ter buscado soluções"

obras, na falta de decisão política sobre a questão do preço do gás boliviano, adquirido ao sabor das flutuações cambiais", afirmou.

Das 33 medidas anunciadas pelo governo no início de abril, 25 para aumento da oferta de energia e oito para redução de consumo, só três foram implementadas — exatamente as que tratam da racionalização do consumo. "Restou agora punir o consumidor com sobretaxa devido à ausência de planejamento do poder público", disse o senador.

No seu estado, Carlos Wilson relatou que a privatização da Centrais Elétricas de Pernambuco (Celpe) acarretou a suspensão de recursos alocados no programa Luz no Campo, para o financiamento da expansão da eletrificação rural. O senador solicitou ao ministro de Minas e Energia, José Jorge, que tome conhecimento do assunto, vital para o estado. Ele propôs ainda que a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado solicite ao Tribunal de Contas da União auditoria contábil, financeira e patrimonial no contrato firmado entre a Eletrobrás e a Celpe.

# CAS vota criação de fundo para reservas ambientais

Comissão de Assuntos Sociais examina amanhã projeto que aumenta os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal para as unidades da Federação que abrigam terras indígenas demarcadas e áreas de conservação da natureza

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) coloca em discussão amanhã, após a ordem do dia, parecer favorável do senador Juvenício da Fonseca (PMDB-MS) a projeto de lei complementar da senadora Marina Silva (PT-AC) que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, áreas de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas.

Marina propõe que a reserva seja composta pela contribuição de 1% do FPE das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e 1% do FPE das regiões Sul e Sudeste. Os recursos seriam distribuídos com base em coeficientes individuais de participação, fixados a partir da área de cada estado ocupada por parques nacionais, reservas ecológicas, florestas, reservas indígenas demarcadas e reservas extrativistas. Os coeficientes de participação variam numa escala de 1 – nos estados com até 5% do território tomado por unidades ambientais ou terras indígenas – a 7, naqueles



Marina propõe distribuição dos recursos proporcional à área de reserva de cada estado

onde essas áreas cobrem mais de 30% do território.

No mesmo dia, a CAS promove, às 10h, audiência pública para instruir a votação de substitutivo da Câmara a projeto do então senador Pompeu de Souza, já falecido, que estabelece diretrizes gerais de política urbana. Outro projeto a ser apreciado pela CAS, com parecer favorável do senador Moreira Mendes (PFL-RO),

prevê alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com a finalidade de reduzir custos nas relações trabalhistas e estimular a concessão de benefícios aos trabalhadores. De iniciativa da Presidência da República, a proposta tem como um dos pontos principais a exclusão, do cálculo do salário, de benefícios como assistência médica e previdência privada, livrando-os da incidência de encargos sociais.

## AUDIÊNCIA

Em votação secreta, a CAS deve pronunciar-se sobre a recondução, por três anos, do médico Luís Carlos Wanderley Lima ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A comissão também vai apreciar parecer da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) sobre a realização de audiência pública pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para instruir projeto da Câmara que condiciona o ingresso de mulheres no mercado de trabalho à realização de exames de prevenção de doenças incluídas no Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher.



Eduardo Siqueira Campos ressaltou o potencial turístico da região do Bico do Papagaio

## Eduardo destaca perspectivas do ecoturismo no Tocantins

Ao registrar em Plenário reunião realizada na cidade de Araguaína (TO) sobre o Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) destacou as perspectivas para o desenvolvimento do ecoturismo na região do Bico do Papagaio (TO), conforme estudos do Sistema de Planejamento do Tocantins.

A região, segundo o senador, possui várias riquezas naturais, não apenas em razão do encontro dos rios Tocantins e Araguaia, mas também pela biodiversidade da área pré-amazônica, de inúmeras cachoeiras e de outros atrativos, como o patrimônio histórico-cultural do município de Xambioá (TO).

De acordo com o senador, há 20 anos a expressão "Bico do Papagaio" se confundia muito com os conflitos de terra, situação hoje

superada devido ao intenso trabalho de regularização das terras, à presença do governo no desenvolvimento de programas na área social, abrangendo educação e saúde, e à infra-estrutura proporcionada pela Rodovia Transbico.

– Espero que iniciativas semelhantes no Tocantins e em outras regiões da Amazônia e do Centro-Oeste possam ter o mesmo apoio, fazendo do ecoturismo uma nova fonte de riqueza e de participação desse novo país no desenvolvimento nacional – disse.

Segundo o Eduardo Siqueira Campos, na região tocantinense do Bico do Papagaio predominam a pequena e a média propriedade, com bons índices de produtividade tanto na agricultura quanto na pecuária, em cidades de pequeno porte mas com intensa consciência participativa e presença cultural.

## Senador faz relato sobre expedição científica realizada no Jalapão

O senador Eduardo Siqueira Campos pretende que o Brasil conheça a região de ecoturismo do Jalapão, que compreende 30 municípios entre os estados do Tocantins, Maranhão e Piauí. O senador deu conhecimento ao Senado sobre expedição científica realizada na região para reconhecimento e mapeamento da área – cuja biodiversidade, afirmou, é extremamente rica.

A sua intenção é despertar a consciência dos brasileiros para a importância da ocupação responsável e sustentada do Brasil e para que o país cada vez mais tome conhecimento de si mesmo e de suas potencialidades.

Eduardo Siqueira Campos leu reportagem de autoria de Jorge Gouveia, publicada no *Jornal do Tocantins*, sobre a expedição liderada pelo Ibama e que contou com a participação do governo do estado, de ONGs e de universidades. Até hoje, apenas sete expedições científicas estiveram na região, a primeira delas em 1846.

O Jalapão é uma das três áreas prioritárias de conservação do cerrado brasileiro e, no ano passado, foi transformada em área de proteção ambiental (APA). Na mesma época, o governo do Tocantins criou o Parque Estadual do Jalapão, com o objetivo de ordenar o turismo na região.

## Patrocínio elogia governo por apoio à gestão de resíduos

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou o governo pelo apoio dado aos municípios no desenvolvimento de projetos de gestão integrada dos resíduos sólidos. Desde o ano passado, diz, uma linha de financiamento do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) contempla planos municipais com tal finalidade.

Patrocínio informou que somente este ano estão sendo financiados cerca de R\$ 15 milhões, em recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Tesouro Nacional, destinados à elaboração ou à implantação de planos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, por meio da construção de aterros sanitários. Nos aterros, o lixo é armazenado em células isoladas por camadas de solo compactado, possibilitando que sua decomposição se processe de modo menos

prejudicial ao ambiente e aos seres humanos.

Ele citou dados do Ministério do Meio Ambiente segundo os quais são recolhidas diariamente no país 90 mil toneladas de lixo, das quais 77% não recebem destinação adequada. O mais comum é que esse lixo seja despejado em depósitos a céu aberto.

– Uma das mais sérias conseqüências é a grande quantidade de pessoas que catam o lixo que julgam aproveitável dos lixões, inclusive alimentos – afirmou.

Patrocínio elogiou o programa Brasil Joga Limpo, do Ministério do Meio Ambiente, que visa à gestão integrada dos resíduos sólidos, e a adoção do conceito de *ecodesign*, que “consiste no projeto de objetos, instalações e construções que em toda sua vida útil produzam o mínimo de resíduos”. Ele considerou ainda “muito recomendável difundir a coleta seletiva do lixo”.



Carlos Patrocínio: em vez dos lixões, aterros sanitários



Mozarildo Cavalcanti preside a comissão que apura irregularidades nas ONGs

## Escritor depõe para membros da CPI das ONGs

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a apurar denúncias sobre a atuação irregular de organizações não-governamentais (ONGs) no Brasil, sobretudo na região amazônica, reúne-se amanhã, logo após a ordem do dia, para ouvir o depoimento de Lorenzo Carrasco, autor do livro *Máfia Verde*.

A reunião será realizada na sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, no anexo II do Senado. A CPI é presidida por Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

## Conselho de Ética decide na quarta se abre processo

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar vota nesta quarta-feira, a partir das 10h, o relatório do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) sobre as investigações em torno da denúncia de que os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) feriram o decoro parlamentar no episódio da violação do painel do Plenário que cassou o senador Luiz Estevão. O relator concluiu que os dois cometeram grave irregularidade, o que pode levar à aplicação da pena máxima – a perda de seus mandatos.

Durante a discussão do relatório, um dos senadores do PFL da Bahia – Waldeck Ornélas ou Paulo Souto – deve apresentar voto em separado sugerindo punição menos severa para ACM e Arruda. Por decisão do presidente do conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS), a votação do relatório será aberta, com os 15 senadores manifestando publicamente seu voto. A reunião será transmitida pela TV Senado e pela Rádio Senado.

O Conselho de Ética vem investigando, a pedido do Bloco Oposição, se Antonio Carlos feriu o decoro parlamentar em conversa com três procuradores da República, em fevereiro passado, quando teria afirmado que conhecia a



Roberto Saturnino concluiu que Antonio Carlos e Arruda cometeram irregularidades

lista com os votos secretos dados na sessão que cassou o ex-senador Luiz Estevão. A conversa foi gravada pelo procurador Luiz Francisco de Souza. O conselho já tomou 13 depoimentos, entre eles de funcionários do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen), os quais envolveram o senador José Roberto Arruda.

Hoje, o presidente do conselho, Ramez Tebet, deve anunciar sua decisão sobre questão levantada pelo senador Antero de Barros (PSDB-MT), o qual não concorda que Arruda, integrante do Conselho de Ética, vote na reunião que examinará o episódio em que está envolvido o próprio Arruda. Antero sustenta que o senador do Distrito Federal perdeu seu lugar no conselho por ter faltado a nove reuniões.

## Alcântara quer implantar novo sistema de votação secreta

A violação do painel de votação eletrônica do Senado fez com que o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentasse projeto estabelecendo um novo método para as votações secretas. A proposta estabelece que as votações sigilosas sejam feitas através de esferas de cores diferentes, que serão depositadas numa urna apropriada.

Na justificativa da proposição, Lúcio Alcântara argumenta que a violação do painel demonstra que o sistema eletrônico utilizado “é de total inconveniência para as votações secretas”. Segundo explicou, o painel foi projetado exatamente para permitir a identificação dos votos dos senadores, uma vez que a votação ostensiva é, como não poderia deixar de ser, a



Lúcio Alcântara propõe a utilização de esferas de cores diferentes

regra para as deliberações de todas as Casas Legislativas.

– Assim, na verdade, a utilização do sistema para as votações secretas representará, sempre, uma exceção às suas rotinas normais, restando, em todas as ocasiões, uma dúvida sobre a inviolabilidade dos

votos – acrescentou.

Na avaliação do senador pelo Ceará, do ponto de vista prático, a utilização do sistema manual de votação e com a contagem numérica sempre será rápida e pouco controversa, sobretudo dentro de colégio eleitoral de 81 integrantes. Além disso, justificou, essa providência servirá para aumentar a credibilidade das decisões da Casa, “espantando, de vez, dúvidas porventura existentes sobre elas”.

## Vai a votação quebra de sigilo de Eduardo Jorge

Requerimentos pedem dados da movimentação bancária do ex-secretário-geral da Presidência da República e de familiares

O Senado delibera nesta semana sobre dois requerimentos para que o Ministério da Fazenda faça o Banco Central remeter à Casa a movimentação bancária relativa ao período de janeiro de 1995 a julho de 2000 do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, de sua esposa, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, e de seus irmãos, sócios do Escritório Caldas Pereira Advogados e Consultores Associados.

Os requerimentos são assinados pelos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Romero Jucá (PSDB-RR). Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) até março deste ano, Jucá requereu as informações no entendimento de que era dever da comissão prosseguir na investigação dos fatos denunciados contra Eduardo Jorge. Ele alegou que essa investigação é assunto político-administrativo, objeto de atenção e anseio de esclarecimento por parte da opinião pública.

Em seu requerimento, José Eduardo Dutra diz que essa movimentação bancária é de fundamental importância para que se



José Eduardo Dutra espera obter “visão bastante ampla dos negócios de Eduardo Jorge”

alcance “uma visão bastante ampla dos negócios de Eduardo Jorge Caldas Pereira”. Apesar de este ter colocado seus dados fiscais à disposição do Senado, Dutra disse que tal procedimento não é suficiente. Invocando a experiência acumulada em CPIs, ele considera importante que o Senado conheça também a movimentação bancária dos familiares de Eduardo Jorge.

Também nesta semana, o Senado vota, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição do senador Nabor Júnior (PMDB-AC)

## CFC analisa auditorias realizadas pelo TCU

Tomar conhecimento de diligências realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em diversos órgãos e obras custeados com recursos públicos. Esse é o objetivo da reunião da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) marcada para a quarta-feira, às 18h.

No total, os senadores da comissão devem analisar 13 relatórios do TCU sobre auditorias em órgãos como a Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, no Programa Nacional de Alimentação Escolar em Santa Catarina, no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e na prefeitura de Sorocaba (SP).

Os senadores serão informados

da decisão do TCU acerca de representação do Tribunal de Contas de Rondônia sobre irregularidades em convênios celebrados entre o governo daquele estado e diversas entidades com recursos do Programa Plano Agropecuário e Florestal. A CFC, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), deve tomar conhecimento da inspeção feita por técnicos do tribunal na prefeitura de Campo Grande no que se refere às obras do anel viário da cidade.

Suassuna é o relator da mensagem presidencial de 1999 que informa sobre a abertura de crédito suplementar de R\$ 55,5 milhões para o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal, sob supervisão do Ministério da Fazenda. O relatório conclui pelo conhecimento da matéria e remessa do processo ao arquivo.

que exige a renúncia, seis meses antes do pleito, do presidente da República, governadores e prefeitos que desejarem disputar a reeleição. Nas últimas eleições para cargos executivos, só se desincompatibilizaram para fazer a campanha eleitoral os governantes que, espontaneamente, decidiram se afastar do cargo.

O Senado também vota projeto oriundo da Câmara facultando às gestantes o direito de utilizar a porta traseira dos ônibus urbanos e metropolitanos providos de catracas ou roletas. A medida valerá também para cinemas e quaisquer outros recintos cuja entrada seja controlada por catraca, mas não isentará a gestante do pagamento da tarifa.

Em primeiro turno, o Senado vota proposta de emenda à Constituição do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que transforma os integrantes da carreira de policial militar do ex-território de Rondônia em quadro em extinção da administração federal. O texto estabelece que esses policiais continuarão prestando serviço ao estado de Rondônia, na condição de cedidos pela União.



Ney Suassuna preside a Comissão de Fiscalização e Controle

Nos demais itens, relatores das matérias na CFC apresentam os resultados das diligências e, por vezes, sugerem que sejam tomadas novas providências pelo TCU. O senador Ricardo Santos (PSDB-ES), por exemplo, conclui seu relatório, solicitando que a CFC oficie o tribunal pelo “excessivo período de tempo entre os atos auditados e o julgamento do processo”.

# Rádio Senado começa a funcionar em ondas curtas

Nessa nova fase, inaugurada hoje, a emissora vai alcançar o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste do país. É a primeira de uma série de iniciativas previstas para democratizar o acesso da população às informações legislativas

A Rádio Senado inaugura hoje suas transmissões em ondas curtas. A nova faixa vai alcançar as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O sinal será captado ainda em localidades do Sudeste e em parte da América Central. O diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Carlos Augusto Setti, diz que essa nova fase da emissora está voltada para a democratização das informações legislativas. "Toda a estrutura de comunicação do Senado e do Legislativo brasileiro está a serviço da transparência, da prestação de contas dos eleitos a seus eleitores", afirmou.

Setti ressaltou a importância de a frequência de ondas curtas da Rádio Senado alcançar uma camada da população que antes não tinha acesso a essas informações. "O trabalho de transparência vai ser ampliado para uma faixa mais popular de ouvintes. Vamos alcançar o cidadão comum, não apenas os formadores de opinião. Isso aumenta ainda mais a responsabilidade da Rádio e de todo o sistema de comunicação do Senado", disse ele.

O mesmo ponto é ressaltado pelo diretor da Rádio Senado, Cezar Motta. Ele lembra que o público con-

sumidor de ondas curtas nessa área, sobretudo na Amazônia, é a camada mais pobre da população, gente que não tem televisão e vive em localidades onde nem chega o sinal de vídeo. "Uma rádio de ondas curtas é o único elo dessas comunidades – formadas por seringueiros, lavradores, pescadores e extrativistas em geral – com o resto do país. Vamos levar a essas pessoas as atividades do Senado, bem como os programas educativos e culturais que produzimos", explicou.

O aumento do alcance da Rádio Senado é parte de um processo que tem por objetivo tornar a estrutura de comunicação social do Senado Federal mais eficiente e ampla, segundo Setti. "Assim como a Rádio Senado está ampliando seu sinal, os

outros veículos também estão voltados para ampliar sua audiência", disse. Ele anunciou que a Agência Senado estará distribuindo seu noticiário para os jornais do interior que não têm acesso à Internet, o *Jornal do Senado* terá a distribuição revista para alcançar uma camada mais popular da sociedade e a TV Senado se tornará o centro de uma rede de TV legislativa, captando e distribuindo o noticiário das emissoras já existentes nos parlamentos estaduais e municipais. "O sistema de comunicação do Senado está completamente voltado para o objetivo de garantir a transparência dos trabalhos da Casa, atuando no sentido do fortalecimento da democracia", afirmou Setti.

A Rádio Senado em ondas curtas atuará na frequência de 5.590 kWz. As transmissões serão feitas com o apoio técnico da Radiobrás, por meio de convênio firmado com a instituição. A programação será a mesma da Senado FM, que alcança somente o Distrito Federal e Entorno, com um diferencial: um noticiário diário para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, às 7h45.



## Roberto Saturnino lança na Bienal do Livro versão em braile da Lei Orgânica do Rio

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) participou sexta-feira do lançamento da Lei Orgânica da Cidade do Rio de Janeiro em braile, no estande do Senado na Bienal do Livro, realizada no Riocentro.

Em funcionamento há três anos, o Serviço de Publicações em Braile da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado tem procurado tornar acessível aos portadores de deficiência visual a legislação brasileira. A primeira publicação, em agosto de 1998, foi a Constituição federal.

No Senado, o coordenador das publicações em braile é o deficiente visual Paulo Brandão, que tem 18 anos de serviços prestados à Casa. Ele foi o criador do Projeto Impren-

sa Braile, que publicou, entre outros textos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Doação de Órgãos.

Graças a um convênio entre o Senado e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), todas as publicações produzidas em braile pelo Senado são gratuitamente distribuídas para mais de 600 instituições em todo o país. O Senado optou por remeter todos os trabalhos impressos, sem nenhum custo, a instituições que se proponham a oferecê-los em regime de consulta, pesquisa ou empréstimo a seu público leitor. Entidades de assistência a cegos, escolas, universidades,

bibliotecas, órgãos públicos, sindicatos e associações comunitárias podem cadastrar-se para receber as obras já impressas e também as que estão no prelo.

Nos próximos meses, o Senado continuará trabalhando na transcrição, para o sistema de escrita em relevo, de todas as constituições estaduais e das leis orgânicas das capitais brasileiras, bem como na produção de textos jurídicos como os códigos Civil e Penal, além de outros documentos de interesse social. "Pretendemos expandir vigorosamente nossas expectativas iniciais de cobertura para o cidadão comum, atingindo um número muito maior de leitores", informou Paulo Brandão.

## Sarney e Alcântara visitam estande do Senado

O senador José Sarney (PMDB-AP) visitou a Bienal do Livro, particularmente o estande do Senado, onde observou que o local "progride a cada feira, sendo

a parte editorial do Senado um dos pontos mais altos e mais importantes da Casa". A presença do senador chamou a atenção dos jornalistas.

O presidente do Conselho Editorial, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), esteve no estande do Senado, acompanhado pelo professor Carlos Henrique Cardim.

## Obra ajuda a entender o processo legislativo

O livro *Os Meandros do Congresso Nacional – Como Interagir e Participar das Atividades Legislativas Brasileiras*, impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, será lançado ainda este mês na Academia Brasileira de Letras e pela Casa Rui Barbosa. De autoria do suplente de deputado Josué dos Santos Ferreira, a obra traz os regimentos das duas Casas legislativas federais e artigos de políticos e juristas, entre eles o senador Ronaldo Cunha Lima.

Entre os fatores que podem favorecer o crescimento político e democrático do país, Josué dos Santos Ferreira aponta o conhecimento do funcionamento interno do Congresso Nacional e dos regimentos internos do Senado e da Câmara dos Deputados e o Regimento Comum do Congresso. O livro explica os trâmites internos das matérias



legislativas por meio de fluxogramas, que mostram a criação da ordem do dia e o caminho das propostas. Além de Ronaldo Cunha Lima, participam da obra, como colaboradores, entre outros, José Francisco Rezek e Ives Gandra da Silva Martins.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h30 – *Cidadania* – A sen. Emilia Fernandes e o embaixador da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, falam sobre o projeto Escola da Paz  
7h30 – *Entrevista* – O técnico da Aneel, Alexandre Mancuso, fala sobre o racionamento de energia  
8h – *Idéias* – Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
8h30 – *Saúde/Unip* – Reabilitação de paralisias  
9h – *Espaço Cultural* – Milton Ribeiro  
9h30 – *Entrevista* – O sen. Pedro Piva fala sobre os recursos para os esportes olímpicos  
10h – *Especial* – Darcy Ribeiro  
11h – *As Cores do Brasil* – Manaus  
11h30 – *Idéias* – Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos  
12h – *Cores do Brasil* – Belém  
12h30 – *Entrevista* – O técnico da Aneel, Alexandre Mancuso, fala sobre o racionamento de energia  
13h – *Fala Cidadão* – A conexão do Senado com a sociedade  
13h30 – *Cidadania* – A sen. Emilia Fernandes e o embaixador da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, falam sobre o projeto Escola da Paz

14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 – *Entrevista* – O sen. Pedro Piva fala sobre os recursos para os esportes olímpicos  
19h – *Idéias* – Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos  
19h30 – *Cidadania* – A sen. Emilia Fernandes e o embaixador da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, falam sobre o projeto Escola da Paz  
20h30 – *Entrevista* – O técnico da Aneel, Alexandre Mancuso, fala sobre o racionamento de energia  
21h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado  
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

7h – Música, informação e serviços  
8h – *Senado Primeira Hora* – As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h – Música, informação e serviços  
14h15 – *Senado Notícias*  
14h30 – Sessão Plenária do Senado  
19h – *A Voz do Brasil*  
20h – Música e informação  
22h – *Senado Notícias – Edição da Noite*  
23h – *Vozes do Século 20*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

# CRE discute realização de audiência sobre drogas

Senador Tião Viana propõe convite ao ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional e a outras autoridades para debater as ações e mecanismos do governo federal no combate ao narcotráfico

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se amanhã, a partir das 17h30, para examinar requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) propondo a realização de audiência pública com o objetivo de debater as ações e mecanismos do governo federal no combate ao narcotráfico, consumo de drogas, normas legais vigentes e o quadro atual da dependência de drogas no país.

Caso o requerimento de Tião Viana seja acolhido pela CRE, deverão ser convidados para a audiência o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Mendes Cardoso, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Jaime Henrique Chemello e o procurador da República Luiz Francisco de Souza.

Constam também da lista de convidados o juiz federal Pedro Francisco, a subprocuradora e professora de Direito Penal da Universidade de Brasília (UnB) Ela Wiecko Volkmer de Castilho e a procuradora-geral da República Rachel Elias Ferreira Dodge.

Na mesma reunião, a CRE ouviu exposição do senador Hugo Napoleão (PFL-PI) sobre a 3ª Cúpula das Américas, realizada em Quebec, Canadá, quando foi discutida a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O senador participou da



Tião Viana pretende promover amplo debate na CRE sobre o narcotráfico

reunião a convite do governo brasileiro, como representante do Senado Federal.

Também está na pauta da comissão a análise de relatório do senador Pedro Piva (PSDB-SP) sobre projetos que restringem o porte de armas. O senador defende a posse de armas de fogo pelo cidadão comum, desde que mantidas na respectiva residência. Nas ruas, o porte de armas ficaria restrito a membros das Forças Armadas, policiais civis e militares e moradores de área rural. A proposta de Piva também permite o porte de armas a fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), bem como a atiradores profissionais, caçadores e colecionadores.

## CPI ouve presidente da Federação Paulista

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol ouvirá amanhã, a partir das 10h, o presidente da Federação



Paulista de Futebol, Eduardo José Farah. O depoimento de Farah, como os de outros presidentes de federações, tem como objetivo esclarecer a responsabilidade dessas entidades numa série de procedimentos ilegais relativos à compra de jogadores, transferências de recursos ao exterior e sonegação de impostos. Também será ouvido na mes-

ma reunião o funcionário da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) Ariberto Pereira dos Santos.

Na última reunião da CPI, realizada na quinta-feira, foram ouvidos os depoimentos de dois ex-dirigentes do Santos Futebol Clube e um empresário. A partir das contradições reveladas nos depoimentos e do exame de documentos, os senadores chegaram à conclusão de que US\$ 1,5 milhão foi desviado do clube paulista para contas de "laranjas".

## Machado destaca crescimento do setor de panificação

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) disse que o setor de panificação e confeitaria está em franco crescimento, com um faturamento anual em torno de R\$ 20 bilhões, sendo responsável pela geração de 600 mil empregos. Ele informou que o setor poderá ganhar maiores incentivos com a



Sérgio Machado diz que Propan dará maior incentivo aos panificadores

universalização, em todo o país, do Programa de Apoio à Panificação (Propan). Esse programa, conforme observou, tem por objetivo padronizar o processo produtivo, eliminar o desperdício e melhorar a qualidade no atendimento de todas as padarias e confeitarias.

O senador acrescentou ainda

que o Propan treinará em todo o país, numa primeira etapa, cerca de 20% dos trabalhadores de panificadoras, numa parceria entre moinhos, associações das indústrias de panificação e patrocinadores. O Programa de Apoio à Panificação também prestará assessoria permanente aos interessados, a fim de melhor capacitar as empresas do setor.

Esses temas foram abordados, segundo o senador, durante a abertura da 45ª Convenção Nacional da Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (Abip), ocorrida esta semana em Fortaleza, Ceará.

## Luiz Otávio pede crédito para a cultura do dendê

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) solicitou aos órgãos competentes do governo que estudem a possibilidade de viabilizar linhas de crédito para a cultura do dendê, por considerá-la uma oportunidade de aproveitamento das condições naturais disponíveis e fonte de



Luiz Otávio diz que Brasil tem clima propício, mas produz pouco dendê

benefícios sociais e econômicos para a Amazônia e para o Brasil.

Luiz Otávio informou que o Seminário Internacional Agronegócio do Dendê: Uma Alternativa Social, Econômica e Ambiental para o Desenvolvimento da Amazônia, ocorrido em outubro passado, buscou identificar fatores que restringem o desenvolvimento do setor e possíveis soluções a fim de promovê-lo como sistema sustentável capaz de gerar renda e emprego.

Os participantes do seminário, disse o senador, consideram que boa parte dos empecilhos enfrentados pelos dendecultores tem origem política. Para ele, os estímulos financeiros governamentais não são

suficientes para alavancar uma produção condizente com as condições climáticas.

Entre as conclusões do seminário, Luiz Otávio destacou a necessidade de implementação de um programa de cooperação técnica internacional dirigido à pesquisa e à troca de tecnologia nos negóci-

os do setor.

O senador registrou outras sugestões resultantes do encontro, como a criação de um programa específico de incentivo ao desenvolvimento da cultura do dendê no âmbito do governo federal, com o estabelecimento de linhas de crédito compatíveis, além de um extensivo programa de capacitação técnica em todos os níveis de ensino.

Luiz Otávio lamentou que, embora o clima tropical úmido do Brasil seja propício ao desenvolvimento do dendeeiro, o país tenha apenas 50 mil hectares de plantio do dendê e produção inexpressiva no mercado mundial, ocupando o 13º lugar entre os produtores mundiais.



Álvaro Dias: aqüicultura garante emprego e renda e é capaz de fornecer alimentos de baixo custo

## CAS examina obrigatoriedade de distribuição de alevinos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá votar nas próximas semanas projeto de lei do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que obriga os proprietários e concessionários de represas a produzir e distribuir alevinos (filhotes de peixes) em suas áreas de atuação. O projeto tem como relatora a senadora Marina Silva (PT-AC).

A matéria tramita na CAS em caráter terminativo, isto é, a decisão da comissão equivale à do Senado como um todo, a menos que seja apresentado recurso apoiado por um décimo dos senadores para sua votação em Plenário.

O projeto altera o Decreto-Lei nº 221, de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca. Em sua justificativa, o autor da proposta argumenta que as empresas que atuam no comércio de energia elétrica "são diretamente beneficiadas pela exploração dos cursos d'água, especialmente agora com a política de privatizações". Para ele, é justo que essas empresas tenham também a responsabilidade de promover a conservação do meio ambiente e incentivar a piscicultura em suas áreas de atuação.

Para Álvaro Dias, "além dos aspectos ambientais e econômicos, é preciso lembrar que a aqüicultura garante não apenas emprego e renda, mas também é capaz de fornecer alimentos muito nutritivos e de baixo custo". De acordo com o senador, esse aspecto "não pode ser negligenciado num país onde a subnutrição afeta milhões de pessoas".

## CE examina mudanças no repasse do salário-educação

A Comissão de Educação (CE) reúne-se amanhã, às 11h30, para apreciar pauta de 13 itens, entre os quais projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que modifica o repasse do salário-educação. Atualmente, os recursos da cota estadual são distribuídos entre cada estado e seus municípios. A proposta, que tem parecer favorável do relator, senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), separa a cota municipal da estadual.

— Os municípios passam a receber recursos do salário-educação diretamente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sem necessidade de interposição das secretarias estaduais de Educação — explicou Álvaro Dias na justificação do projeto. A sua proposta é que seja utilizado para a redistribuição dos recursos o mesmo critério de proporcionali-

dade que rege a repartição das verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).

Outra matéria que deverá ser analisada pela Comissão de Educação é um requerimento apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) no sentido de que o projeto que modifica o Código Brasileiro de Telecomunicações seja encaminhado para apreciação da comissão. Ele alega que encerrou-se o prazo para a Subcomissão de Rádio e TV deliberar sobre a matéria.

Também está incluído na pauta da CE parecer do relator, senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), pela rejeição do projeto do então senador Luiz Estevão que determina a preservação de setores habitacionais de Brasília, para fins de proteção do conjunto urbanístico da cidade.

## Moreira destaca aumento do trabalho voluntário no país

A sociedade brasileira, ao desenvolver inúmeras atividades de caráter beneficente, está mostrando que começa a libertar-se da tutela do Estado e a compreender que as possibilidades de crescimento social não dependem necessariamente de ações governamentais, afirmou o senador Moreira Mendes (PFL-RO), para quem a ampliação da “gigantesca” rede de solidariedade pelo país demonstra que o Brasil “é infinitas vezes maior do que os seus problemas”.

Dados divulgados pela empresa Kanitz & Associados no estudo “Filantropia 400 — Guia da Filantropia de 2001 — As maiores entidades beneficentes do Brasil”, relativos ao período que vai de 1997 a 1999 levam à conclusão, segundo o senador, de que o trabalho nas quatrocentas maiores entidades filantrópicas brasileiras cresceu 42%.

Moreira Mendes citou ainda matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, na edição de 22 de janeiro último, segundo a qual o Brasil já é o quinto do mundo em número de voluntários, com 22% dos adultos trabalhando em programas sociais. Ainda de acordo com o jornal, na França esse percentual é de 23%, o que, na opinião do senador, ilustra o enorme engajamento da sociedade brasileira.



Para Moreira, possibilidade de crescimento social não depende de ações governamentais

Para o parlamentar, o dado novo na atuação do voluntariado é o surgimento de mecanismos organizados fora do âmbito do governo para reagir a problemas sociais, ambientais e de desenvolvimento. Entre os programas que o parlamentar deu mais destaque, está o Centro de Valorização da Vida (CVV), fundado em 1962 e que presta, por telefone, assistência a suicidas em potencial, oferecendo a pessoas que perderam a vontade de viver todo o apoio necessário para que se sintam amparadas psicologicamente.

O programa Comunidade Solidária também mereceu comentários elogiosos do senador.

## Projeto incentiva emprego para maiores de 40 anos

De autoria de Jefferson Péres, proposta em exame na CAE determina redução de imposto para empresa que contratar empregados mais idosos

As empresas que tenham empregados com mais de 40 anos de idade poderão receber incentivo fiscal, conforme estabelece projeto de lei de autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM) a ser analisado amanhã, a partir das 10h, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria, que tem parecer favorável do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), prevê a dedução do lucro tributável, quando da apuração do Imposto de Renda, de até 25% dos gastos com salários e encargos sociais desses empregados. Para isso, a empresa precisa ter 30% dos seus empregados com idade superior a 40 anos.

Outro projeto na área fiscal a ser examinado pela CAE estabelece reajuste no valor da dedução permitida para cada dependente do declarante do Imposto de Renda das pessoas físicas. O autor da proposta, senador Arlindo Porto (PTB-MG), quer que a dedução



Jefferson é também autor de projeto que altera alíquota do Imposto de Importação

por dependente na apuração mensal passe de R\$ 90 para R\$ 136 e de R\$ 1.080 para R\$ 1.632 na apuração anual do imposto. O relator do projeto, senador José Alencar (PMDB-MG), emitiu parecer favorável, observando que a matéria atende a princípio constitucional de que os impostos serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

Ainda no setor tributário, mais um projeto de lei do senador Jef-

erson Péres a ser apreciado pela comissão propõe alteração nas alíquotas do Imposto de Importação. Para o relator, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que apresentou parecer favorável, a “exagerada amplitude” dos limites máximo e mínimo estabelecidos para essas alíquotas, que vão de zero a 60%, na prática esvazia a competência do Congresso Nacional para legislar sobre o Imposto de Importação.

## CCJ discute proposta de Alcântara que regulamenta comércio via Internet

O projeto de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que favorece o comércio via Internet, com a regularização da chamada “assinatura eletrônica”, é um dos 19 itens a serem apreciados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na próxima quarta-feira. Aguardado pelos representantes da “nova economia” brasileira — a economia virtual —, o projeto de Alcântara tem parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS) e será apreciado em decisão terminativa.

Também será examinado em caráter terminativo o projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que proíbe a exibição pública de imagens de crianças ou adolescentes em situações vexatórias ou constrangedoras, que possam violar sua intimidade ou identidade. Outro projeto de autoria de Marina com caráter terminativo pode obrigar o Sistema Único de Saúde (SUS) a fornecer



Parecer de José Fogaça é favorável ao projeto de Alcântara sobre a economia virtual

transporte, alimentação e pouso para pacientes cujo tratamento precisa realizar-se fora do local de seu domicílio.

A definição da Unidade de Fiança Penal (UFP), proposta pelo senador Paulo Souto (PFL-BA), também terá decisão em caráter terminativo, assim como a alteração do Código de Processo Civil (CPC), proposta pelo senador Álvaro Dias

(PSDB-PR), que tem o objetivo de acelerar o trâmite processual nos casos em que o valor da causa não corresponda à pretensão do litigante. Outro projeto de Álvaro Dias, estabelecendo que a caixa-preta de aviões acidentados tenha seu relatório publicado em diário oficial, também será votado pela CCJ em caráter terminativo.

A CCJ analisará ainda projetos dispostos sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Oriental, do senador Jefferson Péres (PDT-AM); instituição do Programa Nacional de Bolsas de Estudos, do senador Edison Lobão (PFL-MA); participação de estrangeiros em eleições municipais, de Álvaro Dias; e a restrição para financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para pessoas jurídicas sediadas no exterior, de autoria do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).